

Brasil: uma economia em colapso

O "Balanço Preliminar da Economia da América Latina e do Caribe — 1990", da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), acusa um crescimento de somente 17,2% na economia brasileira no período 1981/90. Considerando a renda *per capita*, verificou-se uma quebra de 5,5%.

No período 1955/80, a economia brasileira havia crescido a um ritmo médio anual de 7,1%. Se o mesmo houvesse sido mantido na última década, ter-se-ia verificado um aumento acumulado de 85%, ou seja, 68% a mais do que o verificado.

Considerando o PIB atual de US\$ 350 bilhões, esse não-crescimento significa algo em torno de 238 bilhões de dólares. Isto é, duas vezes o valor da dívida externa brasileira.

Esse não-crescimento deve-se fundamentalmente aos serviços da dívida (cerca de US\$ 15 bilhões anuais), à deterioração nos termos de intercâmbio com o exterior (12,9%, o que significa uma perda de US\$ 4,5 bi sobre uma exportação anual de US\$ 35 bilhões), às políticas de ajuste impostas pelo FMI, à fuga de capitais etc.

Ao fundo, do poço — Com o governo Collor, a deterioração da economia aumentou radicalmente. A baixa do PIB em 1990 chegou a 4,6%. A produção industrial caiu 8,6%, a de grãos 18,6%.

E acelerou-se ainda mais nos primeiros meses do corrente ano: a produção industrial de São Paulo foi en-

tre 20 e 22% menor em janeiro e fevereiro do que em iguais meses de 1990.

Os reflexos sociais dessa crise econômica são catastróficos.

Ainda segundo o informe de Cepal, o salário mínimo no Brasil, partindo do índice 100 em 1980, estava, em 1990, em 54,1. Considerando o seu valor real inicial (01/04/1940), o salário mínimo está reduzido hoje a 22% (Dieese). Segundo esse organismo, o salário médio, depois de haver aumentado do índice 100 em 1985, para 107 em 1986, caiu para 57 atualmente.

De acordo com o "PNAD 1989", do IBGE, a renda por habitante caiu de US\$ 2.003 para US\$ 1.869. Com a agravante de que, com a péssima distribuição que se verifica, os 50% mais pobres tiveram sua renda diminuída de US\$ 1.200 para US\$ 900, enquanto os 1% mais ricos aumentaram sua participação de US\$ 30 mil para 48 mil.

Recessão com inflação — A brutal política de recessão aplicada pelo governo Collor, para liquidar (sem êxito), a inflação, significou a demissão de 922 mil trabalhadores. Para aquilatar o verdadeiro efeito dos planos Collor I e II sobre o desemprego é necessário considerar ainda os 1,5 milhões de jovens que são lançados anualmente ao mercado de trabalho.

O número de desempregados somente na Grande São Paulo ultrapassou,

neste primeiro trimestre, a casa de um milhão.

Em razão do crescente desemprego, da baixa radical dos salários reais, da não-efetivação de uma reforma agrária e da política de exportação de alimentos, é cada vez mais dramática a situação alimentar do povo brasileiro.

A produção de alimentos básicos como arroz, feijão, farinha de mandioca, leite, carne, está praticamente estacionária nas duas últimas décadas. Enquanto isso, a de soja, destinada especialmente à exportação, aumentou de um milhão em 1970, para 23 milhões de toneladas em 1987.

O consumo de carne nunca foi alto no Brasil: em 1964, era de 40 quilos por habitante, alcançando a 160 no Uruguai. Hoje, está reduzido a 10 quilos *per capita*/ano. Segundo a FAO (organismo das Nações Unidas para alimentação e agricultura), o consumo de leite no Brasil está estagnado, há dez anos, na faixa de 90 litros *per habitante*. O recomendado pelo organismo é 250 litros.

A ministra Zélia sugeriu, recentemente, que o brasileiro comesse menos carne. O presidente Collor foi mais drástico: suspendeu o programa de distribuição de leite que, bem ou mal, beneficiava algumas dezenas de milhões de crianças.

Ao contrário do que prometia o presidente — colocar o Brasil no I Mundo — o Brasil vive acelerado processo de "africanização". (CEDI, 29/04/91)

Aconteceu

Publicação quinzenal do CEDI

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Editor: Carlos Alberto Ricardo • **Jornalista Responsável:** Magali do Nascimento Cunha (MTb 011.233) • **Editor de Arte:** Flávio Irala • **Editores Assistentes:** Beatriz de Moraes Vieira (Trabalhadores Rurais), Elie Ghanem (Educação Popular), Fany Ricardo (Povos Indígenas), Giancarlo Summa (Internacional), Magali do Nascimento Cunha (Igrejas), Marita Regina de Carvalho (Trabalhadores Urbanos), Paulo R. Schilling (Economia), Tony Gross (Meio Ambiente) • **Secretaria de Redação:** Beatriz Araújo Martins (RJ) e Vera Feitosa (SP) • **Documentação e Pesquisa:** Ângela Galvão e Paulo Tomsic • **Diagramação:** Marta Cerqueira Leite Guerra • **Paginação:** Alfredo Coelho • **Fotolitos e Impressão:** Tribuna da Imprensa/RJ

Assinaturas e correspondências devem ser encaminhadas ao CEDI:

Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ
Fone: (021) 224-6713
Fax: (021) 242-8847

ou

Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP
Fone: (011) 825-5544
Fax: (011) 825-7861

Assinatura anual: Cr\$ 1.000,00
Assinatura de apoio: Cr\$ 1.400,00
Assinatura exterior: US\$ 50

Empresas estatais dão calote no Tesouro

A maioria das empresas estatais ou de economia mista que apresentam lucros não transferem dinheiro para os cofres da União, mas sempre que apresentam prejuízos, quem paga a conta é o Tesouro. Os dirigentes destas empresas, cujo controle acionário é exercido pela União, optam impunemente por reinvestir a remuneração do capital na própria instituição, absorver os resultados para cobrir prejuízos acumulados ou dar destinos que sequer são comunicados ao Departamento do Tesouro Nacional. Do lucro das 63 principais empresas acumulado no ano de 1989 (Cr\$ 866,5 bilhões), apenas 13,42% foi repassado como dividendo para os cofres públicos. "Esses lucros poderiam estar financiando programas sociais.", afirmou com irritação um dos auxiliares da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello. (*O Estado de S. Paulo*, 28/04/91)

Concentração de renda piora no Brasil

O 1% mais rico da população do País ganhava, em 1988, 217 vezes o que recebiam os 10% mais pobres. Em 1983, esta diferença era menor: 147 vezes. Na Europa a diferença de ganho entre mais ricos e mais pobres está numa faixa de sete a dez vezes. Estes números estão retratados no livro "Distribuição de Renda no Brasil", do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro (Ierj), lançado pela editora Paz e Terra, que além disso enumera causas e aponta saídas. Embora os dados referentes aos últimos dois anos ainda não estejam disponíveis, José Márcio de Camargo, um dos organizadores do livro, acredita que esta disparidade deva ter aumentado, devido ao aumento da inflação e à queda da produção industrial. (*O Globo*, 22/04/91)

Supremo suspende liberação de cruzados novos

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Sydney Sanches, suspendeu a liminar concedida por um juiz do Tribunal Regional Federal de São Paulo, Américo Lacombe, liberando os cruzados novos retidos na caderneta de poupança de Vera Lúcia Mirabelli Redondo, professora primária aposentada. O ministro Sanches considerou que o desbloqueio dos cruzados novos poderia lesar gravemente a economia do País. Nos últimos meses milhares de cidadãos moveram ações semelhantes, que estão resultando em liminares iguais à obtida por Vera Lúcia Mirabelli Redondo, permitindo-lhes liberar os cruzados novos bloqueados pelo Plano Collor I, bloqueio este baseado em lei que ainda deverá ter sua constitucionalidade julgada. O crescente número de liminares concedidas pelos TRFs haviam provocado uma declaração da ministra da economia, Zélia Cardoso de Mello, dizen-

do que a liberação de tanto dinheiro acabaria provocando um enorme aumento da inflação, pelo qual o ministério não poderia ser responsabilizado. Embora cada caso deva ser julgado separadamente, a decisão do STF incentivará o Banco Central a continuar pedindo a cassação das liminares. Além disso, segundo o jurista Dalmo de Abreu Dallari, secretário dos Negócios Jurídicos da Prefeitura de São Paulo, esta decisão poderia ainda inibir alguns juízes a concederem as liminares, uma vez que estas poderão ser suspensas. O crescente número de ações impetradas na justiça para o desbloqueio dos cruzados novos, a apenas quatro meses da data inicial estipulada pelo próprio governo para o início da liberação dos cruzados retidos, parece ser mais um reflexo da desconfiança da população em relação aos planos econômicos do governo. (*O Estado de S. Paulo*, 26/04/91)

Magri: ministro marajá

Há mais de um mês o governo está procurando marajás no Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Chegou até a divulgar listas de aposentadorias faraônicas, que mais tarde verificou serem falsas.

Chegou-se à certeza de que há pelo menos um marajá no Ministério: Antonio Rogério Magri, o titular da pasta. Além do salário de ministro, de Cr\$ 1,03 milhão, Magri ainda recebe um salário de Cr\$ 950 mil da Eletropaulo (Empresa de Eletricidade do Estado de São Paulo S.A.), onde já não trabalha há 14 anos e de onde nunca pediu afastamento.

O deputado estadual Arlindo Chinaglia (PT-SP), impetrou uma ação popular pedindo a suspensão do pagamento do salário pago pela Eletropaulo, com base no Artigo 37 da Consti-

tuição que proíbe a acumulação remunerada de cargos públicos. A ação movida ainda requer que o ministro devolva ao Estado o dinheiro que recebeu da empresa sem trabalhar, com juros e correção monetária.

O juiz da 11ª Vara da Fazenda Pública, Massami Uyeda, determinou a imediata suspensão do salário pago pela Eletropaulo ao "técnico administrativo especialista" Magri.

Para chegar a esse posto, o ministro foi protagonista de uma carreira relâmpago na empresa: seria preciso o dobro de seus 28 anos de serviço para um funcionário qualquer chegar a este cargo e respectivo salário. Magri vai recorrer da decisão judicial, pois segundo ele a Eletropaulo não está entre as empresas que tipificam acúmulo de salário. (*VEJA*, 24/04/91 e *Folha de S. Paulo*, 27/04/91)

Acordo proíbe exploração da Antártida até 2041

As delegações reunidas desde o dia 22 na Conferência Antártica de Madri acertaram um acordo que proíbe pelos próximos 50 anos toda atividade de mineração ou prospecção petrolífera no continente gelado. O acordo fechado ontem, penúltimo dia da Conferência, estipula condições para que daqui a 50 anos a proibição venha a ser revista.

Se algum membro quiser suspendê-la, terá que convocar uma conferência extraordinária para discutir o assunto. Essa conferência só poderia estipular o fim da proibição com o consentimento total dos 26 países (entre os quais o Brasil) que têm hoje voto no Tratado Antártico.

Outra possibilidade seria a aprovação da mineração por três quartas partes do total de países signatários do Tratado em 2041. O número atual

de signatários do Tratado, assinado por 12 governos em Washington, em 1959, é de 39 países.

A decisão de ontem acontece menos de dois meses antes do término da atual proibição de 30 anos de exploração mineral do continente, prevista pelo Tratado a contar de 26 de junho de 1961, data da sua ratificação.

Para se chegar à nova proibição, foi fundamental a mudança das posições japonesa e alemã durante o final de semana. As duas delegações apoiaram a proibição pelo prazo de 50 anos num momento em que as discussões atingiram um impasse. Isto porque um grupo de países liderados pelos EUA e Grã-Bretanha queriam uma moratória por tempo inferior, deixando aberta a possibilidade da mineração antártica num futuro próximo.

A posição de Londres e Washington era também frontalmente contrária a qualquer tentativa de banimento definitivo da prospecção no continente austral. Posição, aliás, defendida pelos governos da França e da Austrália, que queriam a transformação da Antártida num parque mundial onde o meio ambiente fosse protegido permanentemente.

Para ganhar validade, a nova proibição de 50 anos deve ser ratificada pelos governos dos 26 membros consultivos do Tratado Antártico. Sua adoção oficial terá de acontecer em outro encontro a se realizar antes da próxima conferência marcada para Bonn, em outubro. Esse encontro deverá se realizar igualmente em Madri, no mês de junho, comemorando as três décadas de ratificação do Tratado. (*Folha de S. Paulo*, 30/04/91)

Áreas úmidas ameaçadas de destruição

O Brasil, que celebra a beleza de seus alagados em novelas como "Pantanal", continua devastando mangues, lagoas e outras regiões úmidas. A afirmação é do sociólogo Antônio Carlos Diegues, coordenador do Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas da Universidade de São Paulo. Diegues coordenou a produção do Inventário de Áreas Úmidas do Brasil, produto de um ano e meio de trabalho feito por uma equipe de biólogos, arquitetos e engenheiros. São 51 áreas úmidas (mangues, lagos, estuários, pântanos, bafas) quase todas ameaçadas de destruição.

Pelo menos 12 regiões estão seriamente comprometidas por atividades que vão da mineração à criação de tanques para o cultivo de camarões. Entre elas estão os pantanais do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, as lagoas fluminenses e a bacia de Guanabara, no Rio de Janeiro, a planície costeira do Rio Grande do Sul e os Banhados de Guaporé, entre Rondônia e Mato Grosso. "Enquanto no exterior a luta é por desfazer as obras de drenagem e canalização dos alagados, as autoridades brasileiras insistem em tirá-los do mapa", comenta.

Além de sua importância ambien-

tal, biológica e ecológica, as terras alagadas são ricas fornecedoras de alimentos, fibras e combustíveis. Sua destruição não só leva por água abaixo todos esses benefícios como altera a cultura dos seringueiros e índios alojados em suas bordas. Essas áreas têm importante papel na retenção de água, evitando inundações. Diegues continua: "Em terrenos encharcados, os lençóis de água são mais bem filtrados, criam-se verdadeiros bolsões aquáticos utilizados para diversos fins — do uso doméstico à agricultura".

Nos rios próximos às grandes cidades, os ecossistemas funcionam como depuradores da poluição urbana, além de serem santuários de flora e fauna. Na Europa as cegonhas desapareceram com a destruição das áreas úmidas. "Acabar com as áreas úmidas significa acabar com uma série de animais e plantas". Países desenvolvidos como os Estados Unidos e o Canadá foram os primeiros a levantar a bandeira da preservação dos alagados. O Brasil, apesar de possuir a maior extensão de mangues do mundo, segundo a União Internacional para a Preservação da Natureza, continua a destruir suas áreas úmidas. (*Jornal do Brasil*, 21/04/91)

Acidente ameaça água potável em Alagoas

Parte do subsolo do município de Marechal Deodoro, situado a 12 quilômetros de Maceió (AL), abriga uma quantidade não calculada de um poluente organoclorado, que vazou dos reservatórios de resíduos da Alcor (empresa de tinta e resina epóxi), controlada pela Salgema. A empresa está empenhada em retirar esse resíduo dentro de 20 meses, tempo estimado para que o poluente, composto de dicloreto, clorofórmio e tricloropropano, atinja as nascentes de água que abastecem as cidades de Marechal Deodoro, Coqueiro Seco e parte de Maceió. Os organoclorados, em excesso no organismo humano, afetam as funções hepáticas e renais.

O vazamento ocorreu há um ano e só agora o Instituto de Meio Ambiente de Alagoas começa a se mobilizar para avaliar a dimensão do problema. Até agora a Salgema não tem idéia do volume de poluente infiltrado no subsolo de Marechal Deodoro e que já atingiu o lençol freático. O vazamento ocorreu pelo fundo de bacias de depósito de resíduos. (*Gazeta Mercantil*, 18/04/91)

Betinho ganha prêmio Global 500 da ONU

O sociólogo Herbert de Souza (Betinho) receberá em 5 de junho o prêmio Global 500 da ONU, uma homenagem a pessoas que se destacaram em todo o mundo na defesa do meio ambiente. Criado em 1987 para durar cinco anos e homenagear 500 pessoas, o Global 500 está sendo concedido pela última vez. Betinho é fundador e diretor-geral do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Entre os brasileiros que receberam o prêmio estão Chico Mendes, Fábio Feldmann (PSDB/SP), Carlos Minc (PT/RJ), Mary Allegretti, o cacique kaiapó Paulinho Paiaaká (*Jornal do Brasil*, 28/04/91)

Água consumida no RJ vem de rio poluído

A água consumida pela maioria dos habitantes do Rio de Janeiro vem de um rio contaminado por metais pesados. A poluição do Rio Paraíba do Sul, cujo braço principal é o Rio Guandu, de onde é captada a água que abastece todo o Grande Rio, é um dos maiores problemas ambientais do Estado. São 145 toneladas de metais pesados lançados, por ano, nas águas do Médio Paraíba.

As grandes vilãs desta história são as indústrias locais. Só a Companhia Siderúrgica Nacional contribuiu com 80% da poluição do rio. Mesmo não tendo o maior parque industrial do País, o Rio produz, por ano, 320 mil toneladas de lixo químico e industrial.

Deste total, cerca de 30% contêm produtos altamente tóxicos. No entanto, somente 10% das indústrias fluminenses possuem aterros adequados para acondicionar os resíduos de sua produção.

Num ponto, pelo menos, ambientalistas e técnicos do Governo do Estado concordam: um dos principais problemas ambientais do Rio é a falta de saneamento básico. Somente 30% da população fluminense têm acesso à rede de esgotos e apenas 13% dos dejetos são tratados adequadamente. A maior parte do esgoto sanitário do estado, portanto, está concentrada no fundo dos rio, lagoas e baías. (*O Globo*, 07/04/91)

Cetesb localiza pontos de poluição do rio Tietê

A região do Tatuapé, é responsável pelo maior volume de esgotos industriais despejados no rio Tietê em toda Grande São Paulo. De acordo com o Primeiro Relatório Diagnóstico do Programa de Despoluição da Bacia do Alto Tietê elaborado pela Companhia Tecnológica de Saneamento Básico (Cetesb), 75 toneladas de dejetos industriais de origem orgânica — que podem ser removidos da água com tratamento convencional — são jogadas diariamente no rio pelas fábricas instaladas no bairro.

Representando 11,4% do total analisado pela Cetesb, a região industrial do Tatuapé registra também a segunda colocação entre as que mais jogam detritos inorgânicos no Tietê. Constituído-se basicamente de metais pesados de alta toxicidade, a carga inorgânica lançada no rio pelas indústrias do bairro corresponde a 303,5 quilos por dia, de um total de 1,4 toneladas despejadas pelas fábricas de toda região metropolitana.

Dentro do programa de despoluição do rio desenvolvido pela Cetesb, a etapa realizada até agora serviu unicamente para diagnosticar os rejeitos industriais lançados não só no Tietê, mas também nos rios Pinheiros e Tamaquatef. O relatório divulgado em março deste ano é o resultado das primeiras análises de um projeto que pre-

tende até 1994 tornar possível a presença de organismos vivos nos três principais rios da região metropolitana.

Diagnóstico — Durante seis meses, a Cetesb pesquisou 1.623 indústrias — 75% do total de 2.179 escolhidas entre as que têm maior vazão de rejeitos e maior emissão de poluentes. Com isso foi constatado que o Tietê recebe diariamente a carga de 257 toneladas de dejetos de origem orgânica das indústrias da Grande São Paulo.

“O volume de carga orgânica lançada no rio deve ultrapassar as 300 toneladas por dia”, prevê, no entanto, Eduardo Cunha San Martin, diretor de Controle de Poluição da Cetesb. “Devemos chegar próximo a este resultado em maio, quando acabarmos as análises e vistorias nos 25% das indústrias restantes”, diz.

Para San Martin, o diagnóstico da quantidade e do tipo de poluentes lançados pelas indústrias nos rios da região metropolitana permite à Cetesb uma ação de controle mais específica. A partir do conhecimento de que cada indústria joga no rio é feita uma notificação oficial sobre quais as opções que a empresa tem para regularizar sua situação. “As indústrias podem optar entre tratar seus próprios efluentes; formalizar acordo para tratamento com a Sabesp (Com-

panhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) ou até fechar sua fábrica e sair da região metropolitana de São Paulo, o que muitas vezes acaba saindo mais barato”, conta a engenheira Maria Judith Schmidt, gerente de Controle da Poluição da Cetesb.

Controle — Segundo San Martin, a etapa de notificação deve começar efetivamente após todas as indústrias terem sido analisadas, mas é possível constatar pelo relatório algumas exceções a esta regra. É o caso da região de Mogi das Cruzes, onde 37 indústrias das 104 vistoriadas, foram não só notificadas como também advertidas ou multadas. “O rio Tietê na região ainda é limpo, chegando a abastecer de água potável algumas cidades”, explica Maria Judith.

É justamente para prevenir danos maiores ou até irreversíveis que a Cetesb tem atuado com rapidez e rigor no controle do rio em Mogi das Cruzes. Mesmo servindo para o consumo da população local, o Tietê não têm sido poupado. As indústrias de Mogi e municípios vizinhos despejam mais de 150 quilos de matéria inorgânica, dificilmente removida através dos sistemas convencionais de tratamento da água. “Alguns dos metais jogados no rio têm alta toxicidade e chegam até a ser cancerígenos, diz. (*O Estado de S. Paulo*, 19/03/91)

A Reforma Agrária de Collor tem estilo autoritário

No dia 23 de março, a edição de *O Estado de São Paulo* trouxe a seguinte declaração do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), João Mendonça Amorim Filho: "Nossa intenção é promover uma Reforma Agrária no país para garantir terra a milhares de famílias. Não vamos repetir os erros do passado".

Contrariando esta declaração, estão as constantes reivindicações e ações dos movimentos e organizações que lutam por terra no país, onde a denúncia é constante: o governo não tem realizado a Reforma Agrária. O que então o governo está realizando, ou pretende realizar?

Talvez o tempo seja pouco para se avaliar, mas indicações podem ser colhidas. O caso dos Sem-Terra que ocuparam a fazenda São Pedro, em

Bagé (RS), no mês de abril, é atual e ilustrativo.

Desde a ocupação, o Ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, tem reiterado a não intenção de negociar com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), inclusive acusando os colonos que ocuparam a fazenda São Pedro de "agitadores", já que, segundo ele, não seria da "índole" do homem do campo este tipo de ação. Isso tem resultado numa abertura de espaços para os setores mais conservadores, como a UDR (União Democrática Ruralista, entidade de grandes proprietários) da região, que promete agora fazer uso de um instrumento legal — o interdito proibitório — que lhe garante preventivamente a posse de áreas que são alvos potenciais de ocupação.

Os jornais registram a peregrina-

ção do governo gaúcho no sentido de conseguir verbas para assentamento junto à esfera federal, o que até o momento não surtiu resultados concretos. Por outro lado, o Governo Federal informa que as áreas prioritárias de Reforma Agrária serão as regiões Nordeste e Centro-Oeste.

Cerca de 140 famílias das que ocuparam a fazenda São Pedro aceitaram ser assentadas no estado do Mato Grosso do Sul, proposta que o MST — denunciando os resultados negativos e já conhecidos dos projetos de colonização implantados nos anos 70 — tem sistematicamente recusado.

Não estaria, portanto, a Reforma Agrária do governo Collor se inclinada para uma exclusão daqueles que — fazendo uso de um direito democrático — o questionam, e optando por uma solução como a da colonização? (CEDI, 25/04/91)

Trabalhadores denunciam semi-escravidão no RJ

Em meados de abril, quatro trabalhadores rurais — Manoel Justino dos Santos, seus filhos Cícero Justino dos Santos e Genival dos Santos, e seu vizinho João Almeida — denunciaram à polícia de Búzios (RJ), que estavam empregados em regime de semi-escravidão no corte da cana-de-açúcar da fazenda da Agroindústria São João (Agrisa), usina de álcool localizada no município de Araruama, de onde fugiram pegando carona.

Trata-se de mais um caso em que grupos de trabalhadores são recrutados por um intermediário (ou "gato"), atraídos pela oferta de um salário mínimo, de alojamento e comida. Na prática, entretanto, seus salários são descontados para transporte, alimentação ou "previdência social", a ponto de torná-los endividados. Ao lado disso, seu trabalho é comumente vigiado por jagunços que tentam impedir sua fuga.

O Delegado Marins de Oliveira Júnior, da 134ª DP (Búzios), esteve na fazenda da Agrisa e constatou que a situação dos trabalhadores rurais é

Mapa da CPT denuncia violência no mundo rural

A escalada da violência: mortes e conflitos em março

Fonte: JB, 10/04/91

precária. Entre outras coisas, observou que os alojamentos são inadequados, as condições de higiene são péssimas, os trabalhadores são mal alimentados e não recebem o devido salário. A proprietária da Usina, Cristina Tourinho, deverá depor sobre a situação. Esta é a segunda vez que

a empresa Agrisa é denunciada por trabalho irregular e semi-escravidão. Ainda tramita na 1ª Vara da Comarca de Cabo Frio processo sobre o mesmo assunto, após a fuga em massa de dezenas de bóias-frias em 1988. (CEDI, JB 15 e 16/04/91; *O Globo*, 15/04/91; *O Dia*, 16/04/91)

Seringueiros reagem contra pagamento de renda no Acre

Seringueiros do Riozinho de Cruzeiro do Vale, no Acre, e índios Poyanawa concentraram-se na cidade de Cruzeiro do Sul para acompanhar o julgamento de um processo de expulsão contra o seringueiro Manuel Gonçalves (Dázinho). Delegado sindical e membro da diretoria da Associação de Seringueiros do Riozinho do Cruzeiro do Vale, Dázinho foi um dos primeiros alvos de ações judiciais de despejo que estão sendo executadas na região, e que já resultaram em duas outras decisões judiciais favoráveis aos patrões Elias Estevão Barbari e Correia & Irmãos.

Há apreensão na cidade com relação à decisão judicial, pois teme-se que o êxito dos patrões, obtendo o despejo dos seringueiros, provoque uma onda generalizada de expulsão em todo o Vale do Alto Juruá, onde várias associações de seringueiros foram criadas recentemente.

Os motivos — O Riozinho do Cruzeiro do Vale, habitado por índios e seringueiros, fica ao norte da Reserva Extrativista do Alto Juruá, a 1ª decretada pelo Governo Federal, em janeiro de 1990. Os seringueiros da área fundaram uma

Associação, iniciaram uma cooperativa para livrar-se da escravidão por dívidas dos barracões, e deixaram de pagar a chamada "renda das estradas de seringa", um tipo de "imposto" pago em espécie (60 quilos de borracha anuais) devido aos custos de abertura e conservação das "estradas de seringa" (ou picadas na mata). Há décadas, no entanto, este trabalho é feito exclusivamente e sem remuneração pelos próprios seringueiros, que resolveram então interromper o pagamento da renda, sendo esse o pretexto das ações de despejo. (CEDI, abril 1991)

Rio de Janeiro realiza IV Encontro de Assentados

Reunidos no IV Encontro de Assentados, no mutirão Sol da Manhã em Nova Iguaçu (RJ), nos dias 19, 20 e 21 do mês de abril, os trabalhadores rurais desse estado decidiram manter a autonomia do seu movimento e ratificaram a indicação do lavrador Amaro Ferreira para representá-los na direção do Procerá (Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária). Essa decisão contraria a posição do Incra, que havia indicado outra pessoa para ocupar o cargo.

Representantes de mais de trinta assentamentos participaram do encontro, onde se discutiu sobre a falta de verbas para fins de Reforma Agrária. O plano agrícola do governo Collor anunciou 150 bilhões para o Incra, mas até agora só foram liberados 2,5 bilhões de cruzeiros, menos de 2% do prometido. Diante disso, decidiu-se fiscalizar a atuação do Procerá através dos próprios trabalhadores, principalmente nas áreas onde já existem projetos aprovados, mas que não receberam o total da verba prevista. (Imagens da Terra, abril 1991)

João Roberto Flipper/Imagens da Terra



Leia e assine
Aconteceu

Unidade e reconciliação marcam Assembléia da CNBB

Unidade e reconciliação foram as expressões mais pronunciadas pelos bispos católicos durante a 29ª Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizada nos dias 10 a 19 de abril, em Itaici, no município de Indaiatuba (SP).

A assembléia dos bispos foi marcada pela convergência de idéias e posições entre as tendências "progressista" e "conservadora". Analistas e bispos afirmam que a reunião significou o prenúncio do fim da hegemonia dos "progressistas" à frente da direção da entidade.

Abertura de espaços — A prática da reconciliação tornou-se mais evidente com o resultado das eleições da diretoria da CNBB para o quadriênio 1991-1994. Pela primeira vez, nos últimos 20 anos, a CNBB, que sempre teve uma cúpula "progressista", cedeu espaço para um "conservador".

O arcebispo de Mariana (MG) e atual presidente, d. Luciano Mendes de Almeida, foi reeleito após uma disputa acirrada com o arcebispo de Salvador (BA), d. Lucas Moreira Neves.

A grande surpresa foi a eleição para a vice-presidência. D. Serafim Fernandes de Araújo, arcebispo de Belo Horizonte (MG), considerado "conservador", foi eleito com grande vantagem. Para a secretaria-geral foi reeleito d. Antonio Celso Queiroz, bispo auxiliar da Região Ipiranga (SP).

A reeleição de d. Luciano, embora prevista, surpreendeu pela dificuldade. Foram necessários três escrutínios para que d. Luciano alcançasse os dois terços dos votos. D. Lucas chegou a ser apresentado como candidato da "chapa do Papa", que incluía d. Serafim.

Oficialmente, os bispos negaram que houvesse uma "chapa do Papa". D. Amaury Castanho, bispo coadju-

tor de Jundiá (SP), foi o único a admitir essa versão: "Daria uma grande alegria ao Papa se d. Lucas fosse eleito".

Busca de equilíbrio — Fatores externos e internos colaboram para a aproximação entre as tendências. Orientações do papa João Paulo II estimulando a conciliação, as transformações políticas do Brasil e até as mudanças no Leste europeu são fatores externos que se refletem no corpo da Igreja Católica.

No plano interno, uma das principais preocupações dos bispos é a evasão de fiéis da Igreja e o consequente crescimento das "seitas". Este foi o tema central abordado na assembléia, que teve a missão de "buscar um equilíbrio" entre a ação social e a religiosa, aproximar a Igreja da "modernidade" dos centros urbanos e conciliar essa postura de aproximação com um maior rigor doutrinário nas questões morais.

O ex-vice-presidente da CNBB, d. Paulo Ponte, considerado "progressista", chegou a afirmar que a Igreja Católica teria "exagerado", em certos momentos, na ação social e política.

Tradição retomada — As alternativas apontadas para superar os impasses e "modernizar a ação da Igreja", surpreenderam por apontarem uma mudança radical nas linhas de ação.

Embora prometendo continuar atentos à realidade político-social brasileira, os bispos decidiram alinhar sua atuação à orientação do papa João Paulo II.

O caminho adotado será a retomada tradicional da doutrina social da Igreja, que nasceu há um século com a Encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, e foi atualizada pelos seus sucessores. "É uma doutrina a partir da fé e do Evangelho, e não de doutrinas", observa o bispo d. Jaime

Coelho, numa alusão velada à Teologia da Libertação.

Tesouros da Igreja — Como resposta às "seitas" e filosofias orientais que conquistam católicos para suas fileiras, os bispos prometem valorizar manifestações religiosas mais populares, inclusive as bênçãos, que levam milhares de pessoas aos templos pentecostais na esperança de cura para suas doenças.

"Precisamos utilizar os tesouros de que a Igreja dispõe", afirma o bispo gaúcho d. Sinésio Bohn, lembrando que a imposição de mãos sobre os doentes é uma prática evangélica.

A CNBB está mais assustada com um outro tipo de evasão: a dos católicos que abandonam sua fé e caem no ateísmo e no gnosticismo, depois de tentar outras respostas.

"A ênfase espiritual incluirá a ação missionária, com a pregação de porta em porta, com a Bíblia nas mãos, como fazem os evangélicos", anuncia d. Affonso Gregory, bispo de Imperatriz (MA).

Opção pelos pobres está garantida? — O presidente reeleito da entidade, d. Luciano Mendes de Almeida, declarou que a revalorização do caráter místico da fé não significa um retrocesso na aplicação da doutrina social da Igreja. "Manteremos a opção preferencial pelos pobres", disse.

O plano definitivo de diretrizes para a ação da Igreja nos próximos quatro anos, ainda será analisado por agentes de evangelização, durante um encontro programado para junho.

Em agosto o Conselho Permanente da CNBB revisará o material e lhe dará uma redação definitiva. O documento deve estar pronto somente em setembro. (Fonte: jornais diários do Rio e São Paulo — período de 11 a 21/04/91)

Novo arcebispo-primaz anglicano é sagrado em Londres

O 13º arcebispo de Cantuária e líder da Igreja Anglicana, George Carey, foi sagrado no dia 19 de abril, em cerimônia especial, na quase milenar Catedral de Cantuária, em Londres.

Carey, sucessor de Robert Runcie, é uma figura controversa na Igreja fundada há quase 500 anos pelo rei Henrique VIII. Sua indicação para o posto, pela ex-primeira-ministra Margaret Thatcher, foi uma surpresa.

Críticas — Algumas pessoas consideram o novo arcebispo, de 55 anos, muito jovem. Outras vêem com reservas o seu evangelismo, os seus sermões em defesa de reformas sociais e a simplicidade de suas maneiras. Há também aqueles que não o

perdoam por apoiar o movimento pela ordenação de mulheres.

No pronunciamento que fez ao final da cerimônia, assistida por representantes da Igreja Anglicana de mais de cem países, pelo primeiro-ministro John Major e pelas princesas Margareth e Diana, o religioso disse não se intimidar com as críticas à sua pessoa.

“Nenhuma igreja pode ou deve evitar comentários quando a liberdade e os valores morais são ameaçados”, disse ele, acrescentando: “A cruz de Cristo nos vincula firmemente às necessidades humanas, e nos coloca ao lado dos milhões de famintos do planeta”. (*O Estado de S. Paulo*, 20/04/91)

Louvor a Deus é tema da Unidade

O Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) está divulgando a *Semana da Unidade dos Cristãos*, que no Brasil é celebrada todos os anos uma semana antes de Pentecostes. Este ano a Semana da Unidade será celebrada nos dias 12 a 19 de maio, com o tema *Louvai ao Senhor todas as nações*.

O Conic possui material especial para igrejas locais e grupos, que podem ser solicitados através de correspondência: Rua Senhor dos Passos, 202 — 90020 — Porto Alegre, RS (tel. 0512-24-5724). (*Notícias do Conic*, março de 1991)

Igrejas e Política Partidária

Evangélicos têm movimento pela Justiça em Minas Gerais

O Movimento Evangélico pela Justiça Social (MEJS) realizou em Minas Gerais, em março, seu primeiro encontro estadual, elegendo uma Comissão de Coordenação. A comissão, composta por 4 pessoas, integrantes de diferentes igrejas evangélicas no estado, que têm entre suas funções a “coleta e socialização de informações, que contribuam para a mobilização e posicionamento de núcleos, que são a base de suas atividades”.

Busca de nova imagem — O MEJS surgiu durante a campanha presidencial de 1989, com o objetivo de tornar pública a ação de uma considerável parcela de evangélicos, que foge do tradicional “conservadoris-

mo” em relação ao posicionamento político-social.

O movimento procurou resgatar as lutas passadas do protestantismo brasileiro, tentando derrubar a imagem negativa que os evangélicos construíram junto à opinião pública, especialmente na “Nova República”, com práticas fisiologistas de apoio a Sarney.

Linhas de ação — O primeiro passo significativo do movimento foi o apoio à candidatura de Lula à presidência da República, identificando em suas propostas valores de justiça e dignidade em conformidade com o Evangelho. MEJS hoje se propõe a acompanhar o trabalho dos parlamentares mineiros, especialmente os

evangélicos, para apoiá-los na defesa de propostas de interesse popular e fiscalizar sua atuação.

Em nome da Vida — Como resultado do primeiro encontro, foi divulgado o *Manifesto pela Vida*, no qual os evangélicos mineiros se colocam contra e denunciam instrumentos de morte em nosso País, como: o extermínio de crianças, adolescentes e adultos pela fome, miséria e esquadrões da morte; a pena de morte; o extermínio de indígenas; o assassinato de trabalhadores rurais; a violência contra a mulher; desemprego, recessão e salário indignos; a dívida externa; a concentração de riqueza; os seqüestros. (*CEDI*, 20/04/91)

Evangélicos filiam-se ao PT em Pernambuco

Catorze evangélicos das igrejas Anglicana, Assembléia de Deus, Batista e Presbiteriana de Pernambuco, filiaram-se ao Partido dos Trabalhadores (PT). Uma campanha de filiação no estado foi aberta, oficialmente, pela deputada federal Benedita da Silva, coordenadora da Frente Evangélica, que apoiou a candidatura de

Lula para a Presidência da República em 1989. Durante o ato de adesão dos evangélicos, Benedita, que pertence à Assembléia de Deus, falou a respeito do alerta feito na Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em relação ao ateísmo e ao crescimento das seitas. Ela acredita que o PT não foi atingido.

“O que existe, realmente, é que vivemos numa crise nacional e a Igreja Católica tem tido certo cuidado político em relação a alguns temas que se tornaram polêmicos. O PT não vai se prejudicar em nada, porque tem uma proposta de construção”, disse a deputada. (*Diário do Grande ABC*, 21/04/91)

Collor revoga ilhas e reservas garimpeiras nas terras Yanomami, mas adia solução

O presidente Collor e seus ministros Jarbas Passarinho, Francisco Rezek e Eduardo Freitas Teixeira assinaram no Dia do Índio, 19 de abril, um decreto sem número com o seguinte teor: declara insubsistentes os 19 decretos de nºs 97.512 a 530 assinados pelo ex-presidente José Sarney que homologavam a demarcação administrativa da terra dos índios Yanomami; determina a revisão do processo de demarcação dessa área num prazo de 180 dias e revoga os decretos que criaram três reservas garimpeiras no território Yanomami, em janeiro e fevereiro de 90.

A Exposição de Motivos do decreto elaborada pelos ministérios da Justiça, das Relações Exteriores e da Infra-Estrutura, e as secretarias de

Meio Ambiente e de Assuntos Estratégicos, diz que há controvérsias quanto aos estudos realizados para a demarcação das 19 áreas no que se refere a antiguidade da ocupação indígena e localização de aldeias que tenham ficado fora dos limites estabelecidos para essas áreas. O documento alega que a demarcação das 19 áreas teve erros de procedimentos, tais como: o mapa utilizado para apoiar a demarcação não tem assinatura de seu responsável técnico, o Relatório Preliminar foi elaborado por apenas dois técnicos de uma equipe de seis pessoas e, além disso, contém erros e insuficiência de informações para o estabelecimento das 19 áreas que dividiram o território Yanomami. (CEDI, 29/04/91)

Cerimônia

O novo decreto relativo à terra Yanomami foi assinado pelo presidente Collor em solenidade que antecedeu a cerimônia da descida da rampa, na sexta-feira 19 de abril, quando fez-se acompanhar — de braço dado — com o cacique Raoni e cerca de 40 índios Xavante e Guajajara, em comemoração ao Dia do Índio.

A cena foi amplamente fotografada e divulgada pela mídia. (CEDI, 29/04/91)

Projeto de Saúde

O ministro da Justiça Jarbas Passarinho e da Saúde, Alcení Guerra, assinaram no dia 11 de abril a Portaria Interministerial nº 316 oficializando o Projeto de Saúde Yanomami que pretende promover um conjunto de medidas para proteção e recuperação da saúde desses índios. A Portaria prevê a utilização de recursos do Ministério da Saúde até o limite de

um bilhão de cruzeiros, em 1991 e determina a integração, no Projeto, das ações e serviços de saúde desenvolvidos pelo poder público e pelas organizações civis e religiosas na área Yanomami; essas ações compõem um sistema local de saúde — Distrito Sanitário Yanomami — administradas pela Fundação Nacional de Saúde. (CEDI, 29/04/91)

Interdição

O ministro da Justiça Jarbas Passarinho assinou no dia 19 de abril a Portaria nº 173, que interdita a terra Yanomami pelo prazo de 180 dias, com o objetivo de preservar a "integridade dos índios e seus respectivos territórios", e proíbe a entrada e permanência de não índios na área. Também revoga a Portaria Interministerial nº 250 de novembro de 88, que delimitava as 19 áreas Yanomami e também a Portaria nº 025 de março de 1982 que interditava a área em sete milhões e setecentos mil hectares. O estranho é que não foi publicado no Diário Oficial, como é de praxe, a descrição geográfica dos limites da área interdita. As notícias de jornais e a Exposição de Motivos dizem que a terra interdita é a mesma que a Justiça Federal interditou, baseada na Portaria da Funai de 85, com nove milhões e quatrocentos mil hectares. (CEDI, 29/04/91)

Organizações elogiam revogação e criticam adiamento

As organizações não governamentais de apoio ao Índio Núcleo de Direitos Indígenas, a Comissão pela Criação do Parque Yanomami, CEDI e a União das Nações Indígenas divulgaram no dia 19 de abril uma nota dizendo que o decreto assinado pelo presidente da República representa o acatamento de decisões proferidas pela Justiça Federal desde outubro de 1989. No documento lamentam a protelação da demarcação dessa

área indígena por mais 180 dias e esperam que se proceda, agora de forma efetiva, a retirada de milhares de invasores que nela permanecem. Finalmente, dizem que receberam com satisfação a publicação no Diário Oficial do dia 15/04/91, da Portaria Interministerial nº 316 que dispõe sobre o plano de assistência à saúde dos Yanomami, e solicitam a urgência do início de sua execução. (CEDI, 29/04/91)

Florestas Nacionais

O conjunto de medidas oficiais não anularam ainda os decretos do ex-presidente Sarney que criaram as Florestas Nacionais de Roraima e do Amazonas nas terras Yanomami. (CEDI, 29/04/91)

Lêla e assinê

Aconteceu

Os Ticuna no tempo do cólera

A partir do dia 18 de abril as perspectivas de uma epidemia de cólera no Brasil foram se tornando mais reais. O primeiro caso oficial da doença foi registrado no município de Tabatinga, Alto Solimões e, depois disso, não se poderia prognosticar outra coisa: os grandes ameaçados seriam os quase 15 mil Ticuna que moram na região. No dia 20 de abril deu-se a confirmação: um Ticuna da aldeia Belém do Solimões foi internado no Hospital Militar de Tabatinga com suspeita de cólera. No dia 25, os jornais noticiam que 19 Ticuna estão em observação, sendo que uma mulher de 40 anos e um bebê de sete meses foram internados no Hospital da Guarnição de Tabatinga.

As aldeias Ticuna mais numerosas

se distribuem entre os municípios de Tabatinga, Benjamim Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá e Santo Antônio do Itá, a maioria na beira do caudaloso rio Solimões, porta de entrada e saída para as amazonias colombiana e peruana. Além do constante trânsito de navios cargueiros e petroleiros que abastecem aqueles países, o Solimões é uma espécie de via Dutra da região; nele navegam barcos recreios que transportam passageiros desde Iquitos até Belém, canhoneiras da Marinha dos três países fronteiriços, balsas com mercadorias que vêm trazendo desde coca-cola até combustível. Tudo faz parte do cenário deste rio que transporta, também, as intermináveis canoas Ticuna carregadas de farinha, banana, pei-

xe salgado, galinhas e frutas sazonais para serem vendidas nas feiras das cidades. Não fossem os Ticuna, grande parte do abastecimento de víveres para os moradores urbanos estaria comprometido. Já está o grande perigo de contaminação pelo cólera por parte dos Ticuna: os índios que vão comerciar na cidade e que ficam no mínimo dois dias vivendo nos beiradões, bebem da água do rio que recolhe esgoto, lixo hospitalar, dejetos dos barcos e navios, lavagem das pensões, restos de gado abatido para os "açougues" locais etc. Para piorar este quadro sanitário, o nível do rio vai começar a baixar a partir de maio, com a diminuição das chuvas na região. As perspectivas são bastante desanimadoras. (Marina Kahn, 23/04/90)

Justiça nega recurso de fazendeiro contra Pataxó Hã-Hã-Hãe

No dia 8 de abril, a 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com sede em Brasília, negou provimento ao recurso apresentado pelo fazendeiro Jener Pereira da Rocha contra a sentença proferida pela 2ª Vara da Justiça Federal da Bahia, que reconheceu os Pataxó Hã-Hã-Hãe como legítimos ocupantes das terras da antiga Reserva Caramuru-Paraguaçu (Fazenda São Lucas). A decisão da 3ª Turma, dois votos contra um, além de manter os índios na posse

da área negou qualquer indenização ao fazendeiro, considerando-o ocupante de má-fé. O relator do processo, juiz Tourinho Neto, deu voto exemplar, afirmando a condição daquelas terras como imemorais. Para tanto, além de se basear na prova pericial produzida nos autos, principalmente no laudo de autoria da antropóloga Maria Hilda Barqueiro Paraiso, citou os trabalhos dos professores Roberto Cardoso de Oliveira e Manuela Carneiro da Cunha sobre os critérios

de identidade étnica. O representante do Ministério Público Federal com assento na 3ª Turma, Dr. Francisco Gurgel, quando chamado a se pronunciar sobre o caso, disse não ter considerações a fazer por desconhecer o teor da ação. Essa decisão, embora não signifique a solução definitiva para as terras dos Pataxó Hã-Hã-Hãe, constitui um precedente importante no reconhecimento dos seus direitos territoriais. (Sérgio Leitão/NDI, 29/04/91)

Exposição Fotográfica itinerante revela os Tupi do Cuminapanema

Está circulando nas Casas de Cultura da periferia da Cidade de São Paulo, desde o dia 19 de abril último, uma exposição de fotos sobre o contato recente dos índios Tupi do rio Cuminapanema, norte do Pará, com os brancos. Com fotos dos antropólogos Dominique Gallois e Luís Donizzete, da USP, editadas e montadas pelo CEDI, a exposição de 36 painéis e um vídeo conta com a promoção da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

Com o título "Descobrimo o Brasil" a exposição procura inverter a visão oficial tradicional sobre a "pacificação de índios arredios", substituindo-a pela visão dos próprios índios sobre o contato com os brancos.

No caso dos Tupi do Cuminapanema, a Funai sabia da sua existência desde 1976, quando foi planejada a construção da rodovia Perimetral Norte. Em 1987, cem deles se aproximaram da base da Missão Novas Tribos do Brasil que desde 1982 estava investindo para encontrá-los e atraí-los.

Hoje, os Tupi do Cuminapanema são 133 indivíduos que vivem em quatro aldeias diferentes, localizadas numa região de floresta entre os rios Erepecuru e Cuminapanema, por onde têm penetrado castanheiros e garimpeiros. Suas terras não estão demarcadas. Morreram cerca de 30 pessoas nos últimos cinco anos. Além das ferramentas e de outros bens industrializados, os Tupi do Cuminapanema também estão procurando os brancos para obter remé-

Dominique Gallois



dios. Mas o que eles não querem é mudar seu ritmo e padrões de vida em troca das coisas dos brancos. A aceitação do contato, para eles, ainda depende da pacificação dos brancos. (CE- DI, 25/04/91)

Centrais sindicais buscam financiamento no exterior

Um convênio que envolve mais de US\$ 2 milhões é o principal combustível da central Força Sindical, de Luiz Antônio de Medeiros, para se firmar no País como alternativa social-democrata ao viés revolucionário da Central Única dos Trabalhadores (CUT), de Jair Meneguelli. O acordo foi assinado há um mês com a União Italiana do Trabalho (UIL). Hoje, muitos outros milhões de dólares obtidos por convênios com entidades internacionais acirram as divergências no movimento sindical brasileiro.

O centro dessas disputas está a milhares de quilômetros de qualquer fábrica brasileira. É um prédio na cidade de Bruxelas, na Bélgica, onde fica a sede da poderosa Confederação Internacional de Organizações Sindi-

cais Livres (CIOSL), de orientação social-democrata. Dona de um orçamento superior ao PIB de muitos países, a CIOSL investe em projetos desenvolvidos pela CUT desde a sua criação, oito anos atrás. Medeiros já retirou uma fatia desse bolo, por meio do convênio com a UIL.

Durante um congresso no Japão no final do ano passado, a CIOSL decidiu só dar dinheiro a centrais a ela filiadas. A CUT é independente, e nenhuma tese apresentada até agora para seu próximo congresso, em setembro, contém a defesa da filiação.

“Não temos sentido nenhuma pressão da CIOSL”, garante o secretário de Política Sindical da CUT, José Olfvio Miranda. “Mas é claro que à medida em que você se filia, deixa de ser um assunto de discussão e pas-

sa a ser um membro do clube.

Não podemos nos movimentar com base nos planos de Medeiros”, julga Miranda. “No momento atual, uma discussão apressada sobre a filiação nos traria mais problemas do que benefícios”.

A Força Sindical também não tem carteirinha da CIOSL, mas não esconde a vontade. “Por aqui, quem é social-democrata e acredita na economia de mercado somos nós, não eles”, espalha Medeiros.

No meio sindical, comenta-se que enquanto Medeiros conseguiu US\$ 2,5 milhões para sua central nos próximos três anos, a CUT fechou um acordo semelhante, também via CIOSL para o mesmo período, de US\$ 6 milhões. (Marco Damiani/O Estado de S. Paulo, 14/04/91)

Bancários do RJ têm nova diretoria

O Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro tem nova diretoria. A chapa encabeçada por Fernando Amaral ganhou por 10.994 votos contra 9.158 votos da chapa de Ciro Garcia, ex-presidente e integrante da Convergência Socialista. A nova diretoria é apoiada pelo grupo Articulação (PT), PCB, PDT, PC do B e a recém-criada Força Sindical. (O Globo, 21/04/91)

Joaquinzão deixa a CGT

Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, não é mais o presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Ele passou o cargo para Antonio Neto, diretor de relações internacionais da entidade. “Não posso ser presidente de uma entidade que deixou de ser pluralista e reduziu-se a determinados grupos ideológicos”, justificou.

Joaquinzão alegou que a CGT, que ajudou a criar em 1986, perdeu representatividade e que não pretende aderir à Força Sindical.

Antonio Neto preside também o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Processamento de Dados no Estado de São Paulo e é politicamente vinculado ao MR-8. (Diário do Grande ABC, 24/04/91)

Esterilização de mulheres causa polêmicas

A esterilização de cerca de 45% mulheres no Brasil, em idade fértil, que se utilizam de algum método contraceptivo (dados do IBGE), vem causando polêmicas entre setores do governo, conselhos regionais de medicina, os diversos níveis do legislativo e entidades da sociedade civil.

No Congresso Nacional, a deputada Benedita da Silva (PT-RJ) tem recolhido denúncias sobre procedimentos ilegais de controle da natalidade e é uma das defensoras de uma legislação mais detalhada a respeito. O ministro da Saúde, Alcení Guerra, afirma que “a coisa é realmente grave” e que as denúncias devem ser apuradas.

Enquanto alguns setores denunciam a ilegalidade das laqueaduras e exigem maior controle por parte do Estado a respeito, outros defendem a sua utilização quando solicitada por mulheres com três ou mais filhos.

Câmara de Cascavel aprova esterilização — No Paraná, a Prefeitura de Cascavel inicia um projeto de contracepção cirúrgica em mulheres pobres com mais de cinco filhos. Após terem passado por três sessões de palestras para definição dos casos cirúrgicos, 17 mulheres serão submetidas à laqueadura. O projeto faz parte do programa de planejamento familiar

da Secretaria de Saúde do município e cumpre lei aprovada no ano passado pela Câmara Municipal. A legislação determina que a Prefeitura pague a operação. Esta já autorizou 20 laqueaduras, a um custo de cerca de Cr\$ 25 mil. Em julho, mulheres com três filhos também poderão fazer a cirurgia. Cerca de 70 mulheres estão inscritas no programa e a maioria optou pela laqueadura. Segundo o vereador e médico Adarcino Amorim (PMDB), autor do projeto, “nenhum marido quis fazer vasectomia”. Antes da cirurgia, a paciente assinará um termo de opção. (Folha de S. Paulo, 17, 18 e 19/04/91)

Uma força para polarizar com a CUT

A trajetória de Luís Antonio Medeiros guarda problemas que se fossem resolvidos poderiam ofuscar o brilho de sua imagem pública. Ele ocupa hoje o espaço da imprensa com a criação de sua central sindical, a Força Sindical (FS).

Quem é Medeiros? — Ligado ao PCB, Medeiros frequentava reuniões da oposição metalúrgica em '79. Não demorou muito para notar que "o negócio era compor com o Joaquinão", então presidente há 15 anos do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Isso deu resultado.

Da atuação na comissão de salários em 80 passou, em 81, para a diretoria do sindicato. Medeiros demonstrou um pouco mais para romper com o PCB, mas em 84, já desligado do partido, ocupava o cargo de vice-presidente. Em 86, Joaquinão deixa o indicativo para presidir a Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Tendo ocupado sua vaga, Medeiros finalmente se elege presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo em '87 numa eleição onde a CUT só perdeu porque rachou. Em 90 ele se reelege presidente e, em 91, cria a FS a qual é presidente também.

Qual é a da Força? — Após as greves de 78 a 80, a classe trabalhadora havia se reorganizado politicamente. Em 81 a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) deliberava a formação de uma Comissão Pró-CUT. Em 83, dividido entre o Novo Sindicalismo de um lado e a Unidade Sindical de outro, o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) rachou quanto ao caráter da CUT que então se formava, principalmente no que se refere à autonomia sindical. Como resultado, a CUT seria criada sem a Unidade Sindical e, logo em seguida, criou a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat).

Em 86, a CGT sucederia a Conclat. No congresso da CGT em 89,

Magri foi escolhido presidente numa eleição marcada por acusações de fraude. Joaquinão divergiu e manteve-se à frente da CGT. Magri não se fez de rogado e fundou a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), da qual se licenciou para assumir o Ministério do Trabalho.

Tendo participado da Conclat e da CGT, Medeiros encontrou dificuldades para seu projeto de uma central politicamente estável e organicamente constituída. Deu tempo ao tempo e acumulou forças. Para tal, fundou a Confederação Nacional dos Metalúrgicos e passou a defender a extinção do imposto sindical a fim de cortar o financiamento de sindicatos "pelegos" e, então, disputar sua base.

Todavia não pôde esperar por tal. Se Magri foi escolhido Ministro do Trabalho por ter sido um fiel escudeiro de Collor nas eleições presidenciais de 89, seu fracasso como ministro vem dificultando o plano do governo de enfrentar o crescimento da CUT.

Agindo como é de seu estilo, Medeiros correu por fora enquanto Magri estava na berlinda. Assim, foi articulando a formação da FS com o objetivo de combater a CUT.

Nesse sentido, o projeto de Medeiros coincide com os objetivos do governo e dos empresários: é preciso criar um contraponto à CUT no seio da classe trabalhadora e no perfil político dos sindicatos. Ao acusar a CUT de subordinar os resultados à ideologia socialista radical, Medeiros finge ignorar seus vínculos com a política de Collor e a reiterada defesa de acordos com empresários, em detrimento de sua base. Assim termina subordinando a defesa do trabalho aos interesses do capital. O capitalismo é aceito como realidade intransponível: só patrão que ganha muito pode conceder bons salários. Interesses distintos acabam se harmonizando: o que é bom para um, a acumulação de riqueza, é bom para outro, o assalariamento.

É o retorno de quem nunca foi,

o conto do bolo. É preciso que o bolo cresça para suas migalhas transformarem-se em fatias. Aí se revela uma importante característica da FS: uma instituição que concorda com a exploração da força de trabalho, que ela diz defender.

Anti-PT — Desde que despontou no cenário político nacional, Medeiros serviu também para atacar o PT. Sarney logo se aproximou dele. Em 86 apoiou Antonio Ermírio para governador, que perdeu. Aliou-se então a Quéricia, que venceu, de quem nunca se distanciou. Nas eleições de 89, quando Lula polarizava com Brizola, Medeiros juntou-se a este último. Quando Collor passou Brizola, Medeiros optou por Collor. Não satisfeito, em 90 articulou sua candidatura ao senado através de uma aliança entre o PTB e o PMDB, que acabou não decolando. Apoiou, então, Ferreira Neto do PDS. Restou-lhe a Força.

Fraqueza — Medeiros é o produtor, diretor e ator principal da Força. Assim, ele faz um papel que não é dele. Ao invés de um movimento de trabalhadores que forneça condições para a criação de uma central, Medeiros viajou pelo país atrás do apoio de dirigentes de sindicatos inexpressivos.

A FS não tem nem líderes representativos nem um movimento de trabalhadores organizado por detrás dela que lhe dê força sindical. Porém, sua imagem fica a salvo pois os resultados gerais que obtém são arquitetados junto a Collor e não resultam de negociações transparentes. Assim Medeiros se mantém na mídia como um representante dos trabalhadores. Precisa, portanto, correr atrás dos fatos para virar notícia. Mas sua incapacidade de aliar os ganhos obtidos a um projeto social dissolve qualquer resultado na geléia geral em que se transformou a economia nacional — um capitalismo de resultados desastrosos. (CEDI, 15/04/91)

Programa de Alfabetização promove reunião em Brasília

Até dias atrás, o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) só era conhecido pelos otimistas pronunciamentos do ministro da Educação Carlos Chiarelli à imprensa, anunciando a liberação de recursos para projetos setoriais.

Uma outra imagem do PNAC começou a ser desvelada durante a Reunião Preparatória da I Conferência Brasileira de Alfabetização e Cidadania, realizada em Brasília de 18 a 20 de abril, com a participação de mais de 600 representantes dos estados. A reunião teve por objetivos discutir as propostas das comissões estaduais do PNAC, colher subsídios para elaboração do Plano Nacional e definir diretrizes para a 1ª Conferência Brasileira de Alfabetização e Cidadania, prevista para o segundo semestre de 91.

Programa enfrenta descrédito

— Segundo recomendação da Comissão Nacional do PNAC, formada por autoridades, especialistas e representantes da sociedade civil, o Programa deve ser construído democraticamente a partir das bases, através de assembleias municipais e estaduais que convergirão para a Conferência nacional.

O relato das comissões estaduais presentes à reunião revelou que a mobilização dos educadores e dirigentes educacionais em torno do PNAC vem sendo dificultada pelo descrédito do Ministério da Educação e Cultura junto às bases locais. A participação tem sido afetada também pela profunda crise dos sistemas estaduais de ensino, com escolas fechadas por falta de manutenção e greves prolongadas de professores, em muitos casos, devido ao não pagamento dos salários.

Mobilização desigual — O grau de mobilização e democracia alcançado nos estados tem sido muito desigual: um encontro com 1200

participantes reuniu 85% dos municípios do Pará, onde a comissão estadual acolhe democraticamente órgãos públicos, universidades e associações comunitárias.

No Piauí, ainda não há comissão formada, sequer a União dos Dirigentes Municipais de Educação teve acesso ao plano estadual e os projetos municipais estão nas gavetas da Delegacia do MEC no estado.

No Rio Grande do Sul, uma proposta para o PNAC foi minuciosamente discutida e aprovada por mil representantes do Fórum Estadual de Alfabetização, que reúne os órgãos públicos federais, estaduais, municipais e as universidades.

Não houve qualquer reunião mais ampla no Rio de Janeiro e a comissão existente tem caráter provisório.

Nem todas as comissões estaduais contemplaram representações da sociedade civil, havendo até mesmo discriminações, como denunciou o representante da PUC de Minas Gerais.

Nos relatos dos participantes da reunião preparatória, ficou evidente a extrema desigualdade dos encaminhamentos nos estados: em alguns, a coordenação das ações está a cargo das delegacias estaduais do MEC; em outros, a iniciativa coube às secretarias estaduais de educação. Neste último caso, a sucessão dos governadores e secretários em março último gerou desarticulação. Os trabalhos da Comissão Estadual do Maranhão só foram retomados por pressão dos organismos não governamentais. Ainda assim, em muitos estados realizaram-se assembleias municipais, regionais ou estaduais — com graus variados de participação — que formularam planos de alfabetização: Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná.

Expectativas e frustrações

— Embora o processo de discussão e organização do PNAC nos municípios e estados seja ainda frágil e heterogêneo, percebe-se uma resposta positiva ao apelo lançado pelo MEC para que o PNAC seja partilhado pelas instâncias de governo e sociedade civil organizada. Ao se mobilizarem em torno do PNAC, dirigentes educacionais, pesquisadores e entidades civis desenvolvem expectativas em relação ao MEC. Uma das tônicas da reunião preparatória foi a exigência de maior transparência e respeito a critérios democraticamente definidos na alocação dos recursos federais. Embora insuficientes, os recursos existem, já que a secretária nacional de Educação Básica, Ledja Austringilino, anunciou a liberação pela equipe econômica de Cr\$ 75 bilhões do orçamento do MEC para 91, que até então encontravam-se retidos nos cofres do Banco Central.

Fica agora a expectativa de resposta do governo federal, já que a ampla maioria dos projetos enviados ao MEC ainda não recebeu qualquer financiamento. Se os recursos não forem liberados, as expectativas geradas pelo PNAC serão frustradas e se confirmará o descrédito dos municípios, estados e entidades civis em relação ao MEC.

Conferência fica indefinida

— A Reunião Preparatória da 1ª Conferência Brasileira de Alfabetização e Cidadania acabou não aprovando um regimento para a Conferência devido a divergências em torno do critério de participação. A proposta de paridade entre organismos governamentais e não governamentais encontrou resistência por parte de representantes de órgãos públicos. A votação dividiu o plenário ao meio e a decisão sobre o regimento acabou sendo remetida à Comissão Nacional do PNAC. (Maria Clara Di Pietro CEDI, 26/04/91)

Eleição para diretores gera polêmica em MG

O governador Hélio Garcia encaminhou à Assembléia Legislativa de Minas Gerais um projeto de lei fixando critérios para a escolha de diretores e vice-diretores das escolas estaduais. Segundo o projeto, essa escolha será feita por meio de seleção competitiva interna, com os três melhores candidatos disputando a vaga em eleição direta. Poderão participar como eleitores os professores, os alunos e seus pais e os servidores das escolas.

O projeto prevê as eleições para o final de junho, com os novos diretores assumindo em agosto e permanecendo no mandato até dezembro de 1993. A partir daí, o mandato passaria a ser de três anos.

Não parece, no entanto, que o encaminhamento será tranquilo, pois a maioria dos deputados estaduais se utilizava da indicação dos diretores como instrumento no jogo de influência e mando político em suas bases eleitorais.

O PMDB, com o apoio das bancadas conservadoras, já encaminhou um substitutivo ao projeto de lei do governador, modificando os critérios para escolha de diretores de escolas da rede pública estadual.

A associação das diretoras de escolas também está mobilizando a sua classe contra a aprovação do projeto. (*Hoje em Dia/Belo Horizonte, MG, 16/04/91 e 17/04/91; O Estado de Minas/Belo Horizonte, MG, 17/04/91*)

Professores de MG decidem pela greve

Cerca de mil professores da rede estadual decidiram dia 20, em assembleia, entrar em greve a partir do próximo dia 7 por tempo indeterminado. A categoria decidiu reduzir uma hora de trabalho, em cada turno, todos os dias, para desenvolver nas escolas uma campanha de conscientização para explicar aos pais e alunos o motivo que leva os professores a suspenderem as atividades. Caso os 207 mil trabalhadores em educação apoiem a greve, 3 milhões de alunos espalhados pelas 6.300 escolas de Minas poderão ficar sem aulas. A categoria reivindica piso salarial de Cr\$ 105 mil, salário mínimo calculado pelo Dieese, além de eleição direta para diretor das escolas. O diretor do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação, Luís Fernando Carceroni, argumentou que o piso pago pelo estado à categoria é de Cr\$ 30 mil, e que os professores ainda não receberam a última parcela do 13º. (*Hoje em Dia/Belo Horizonte, MG, 21/04/91*)

Collares faz nova proposta aos professores

O governador Alceu Collares retirou, em 25 de abril, da Assembléia Legislativa o projeto de aumentos em forma de abonos ao magistério da rede estadual gaúcha.

Collares substituiu os abonos por um índice de reajuste salarial de 191,61% aos professores, em greve desde o dia 8 de março.

O novo projeto oferece o índice parceladamente, sendo 110% em abril, 15% em junho, 15% em agosto e 5% em outubro. A proposta aproxi-

ma-se da reivindicação da categoria em março, quando o índice apontado pelo Centro dos Professores do estado do Rio Grande do Sul (Cpers) era de 200,4%.

Na última rodada de negociações, entretanto, os professores apresentaram ao governador uma nova proposta, com o índice de 536,29%. O número inclui as perdas salariais, e outra parte é relativa ao dissídio dos professores, que ocorre em maio. (*Gazeta Mercantil, 26/04/91*)

Sepe promove manifestação

O Sindicato Estadual de Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro (Sepe) promoveu dia 18 de abril, em frente à sede da Secretaria Estadual de Educação, no centro do Rio, uma manifestação cobrando da secretária Maria Yeda Linhares maior empenho nas negociações da categoria.

Os professores realizaram uma pa-

ralização de 24 horas como advertência e protesto contra a situação da categoria, que tem como piso salarial Cr\$ 28.773,00. Já o pessoal de apoio recebe menos de um salário mínimo. O Sepe está reivindicando reajuste de 366% para o magistério e 598% para o pessoal de apoio, elaboração de um plano de carreira. (*O Fluminense/Niterói, RJ, 19/04/91*)

Professores goianos mantêm greve

Os professores da rede estadual de Goiás decidiram continuar em greve, em assembleia convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego) e realizada, em 19 de abril, no interior da Catedral Metropolitana, devido à chuva. Os docentes votaram contra o corte de pontos, pela não redução salarial

via congelamento e pela definição de um cronograma de pagamento dos salários atrasados.

Com a catedral praticamente lotada, os professores voltaram a discutir a atual situação das escolas que, segundo eles, é "de precariedade".

Mesmo decidindo pela continuidade da paralisação, muitos avaliaram

que o movimento — iniciado em 26 de março — começa a se desgastar com o início da liberação dos salários pelo estado.

A última vez que receberam vencimentos foi em 9 de fevereiro, referentes a novembro passado. (*O Popular/Goiânia, GO, 16/04/91 e 20/04/91*)

Gorbachev fortalece sua liderança no PCUS

O presidente Mikhail Gorbachev ofereceu sua renúncia ao cargo de Secretário Geral do Partido Comunista, durante tumultuada sessão do Comitê Central (o parlamento do PC). Renúncia rejeitada, Gorbachev conseguiu assim demonstrar que não há uma real alternativa à sua figura. O gesto de Gorbachev foi uma manobra para reforçar sua liderança no partido, que representa também o único equilíbrio entre os conservadores "linha dura" do PC e os ultra reformistas. Apesar de milhares de soviéticos terem abandonado o partido nos últimos anos, este reúne 17 milhões de filiados e é a maior instituição do país. Enquanto isso a economia soviética está enfrentando uma violenta

crise e as acusações, vindas de todos os lados, parecem unânimes ao afirmar que Gorbachev soube muito bem derrubar a antiga estrutura, sem conseguir substituí-la por algo eficaz. A situação agravou-se ainda mais com a greve dos mineiros entrando em sua oitava semana. Segundo o premiê Valentin Pavlov, o país está caminhando para o maior colapso econômico desde a Segunda Guerra Mundial.

Diante dessa situação, Gorbachev conseguiu até mesmo o apoio de seu principal opositor reformista, Boris Yeltsin, presidente da república russa, para a aprovação de um pacto, assinado também pelos presidentes de outras oito repúblicas, que pede a suspensão imediata das greves em

todo o país, oferecendo em troca a redução dos preços de alimentos básicos (que desde abril tiveram seu valor triplicado). Além disso, o pacto prevê a privatização de um terço das pequenas empresas soviéticas até o final do ano, a transformação em empresas de economia mista de pelo menos 10% das médias e grandes empresas estatais e, para outubro de 1992, a liberalização geral dos preços. O tratado reconhece ainda o direito das seis repúblicas "dissidentes" (Lituânia, Estônia, Letônia, Geórgia, Moldávia e Armênia) de não assinarem o pacto. Por enquanto, porém, as greves continuam apesar do apoio de Yeltsin. (*Isto É/Senhor*, 01/05/91 e *Jornal do Brasil*, 26/04/91)

Governo alemão derrotado nas eleições

Quase cinco meses depois de sair vitorioso da primeira eleição geral na Alemanha unificada, o chanceler Helmut Kohl começa a sentir na pele as conseqüências da política que vem desenvolvendo, com o aumento de preços e impostos para pagar a conta da unificação. A 21 de abril, ele amargou os resultados das eleições em seu estado natal, a Renânia-Palatinado, governada desde o fim da Segunda Guerra Mundial pela União Democrata Cristã (CDU), o partido de Kohl. Desta vez os moradores da região decidiram apostar no partido social-democrata (SPD), o mais importante da oposição, que obteve 44,8% dos votos e saiu do plei-

to na condição de grande vencedor. Com 38,7% dos votos a CDU perdeu o poder no único estado que ainda governava na antiga Alemanha Ocidental.

Para piorar a situação de Kohl, a eleição na Renânia-Palatinado de governador social democrata permite ao SPD ter maioria no Conselho Federal (Bundesrat). Formado por membros dos governos estaduais, é a segunda câmara legislativa do país (a primeira é o Parlamento). Quando um partido de oposição no Parlamento detém maioria no Conselho (como é o caso agora do SPD), a situação pode se tornar difícil para o governo federal. Segundo a oposição, e também para alguns membros da

CDU, Kohl é o principal responsável pela derrota do partido. Os alemães ocidentais ainda não engoliram o aumento generalizado de impostos anunciado no mês passado pelo governo. Durante a campanha eleitoral de 1990, Kohl prometeu realizar a unificação do país sem grandes custos para os moradores da antiga Alemanha Ocidental. Mas, depois de eleito, o chanceler não cumpriu o que prometera e anunciou o aumento de combustíveis, telefone, cigarro, seguro-desemprego etc. Enquanto isso, a ex-Alemanha Oriental enfrenta uma crise econômica sem precedentes e níveis recordes de desemprego. (*Isto É/Senhor*, 01/05/91)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-655/87



UP-CT PRINCIPAL